



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 37/18- Quarta-feira, 28 de fevereiro

A Crítica

Capa - 03
Capa - 04

Editorial: Fortalecimento da Zona Franca - 05

Governo em prol da ZFM - 06

26 projetos na pauta do Codam - 07

Fraude interestadual - 08

Diário do Amazonas

Capa - 09
Capa - 10
Capa - 11

Artigo de Arthur Neto: Autocrítica e futuro da Zona Franca de Manaus - 12

Esquema forjava ouro para obter incentivos - 13

Em Tempo

Capa - 14
Capa - 15
Capa - 16

Coluna Contexto - 17

Comércio ilegal de ouro deixa rombo de R\$ 30 mi - 18

Aponte de R\$ 823 mi na pauta do Codam - 19



INVESTIGAÇÃO FRAUDE E CORRUPÇÃO

Dia de operações

Investigadores estaduais focam em desvio de verba pública e federais miram garimpo ilegal. PÁGS. A5 EC1



Elemento 79

"O esquema pode ser considerado um dos mais sofisticados já investigados no país"

Nota da Polícia Federal

R\$ 20 mi

É a estimativa inicial de danos materiais causados pelo esquema que operava em cinco estados e "esquentava" ouro ilegal. Foram cumpridos 48 mandados.



Eldorado

"Estamos buscando solidificar as provas. Ninguém foi preso, mas vem aí a segunda fase"

Alessandro Samartin, promotor que coordenou operação

R\$ 11 mi

É o valor dos bens cujo bloqueio foi pedido pelo MPE. São alvo da operação 16 pessoas e 5 empresas, que teriam fraudado licitações em Nova Olinda.



FORTALECIMENTO DA ZONA FRANCA

 Em 51 anos de atividades, a Zona Franca de Manaus tem muito o que comemorar, e mais ainda para conquistar. O modelo de desenvolvimento implantado no Amazonas em 1967 segue como principal motor da economia do Estado, responsável por mais de 80 mil empregos diretos em Manaus e outros 450 mil indiretos. Isso porque está se recuperando de dois anos muito difíceis devido à crise que minou a economia do País, mas que, finalmente, dá sinais de que passou. Há poucos anos, empregava diretamente mais de 120 mil trabalhadores.

Os números tendem a melhorar nos próximos anos, independentemente dos governos. No ano passado, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa 142 projetos industriais, que representam investimentos de R\$ 2 bilhões nos próximos três anos, além da abertura de mais quatro mil empregos diretos nas fábricas. Há ainda o benefício indireto da preservação da floresta, que na verdade levanta outras questões, como a necessidade de promover o desenvolvimento no interior, mantendo a preservação florestal. Mesmo com tantos benefícios, a Zona Franca ainda enfrenta velhos argumentos, como o de

que representaria elevada renúncia fiscal, sendo um ônus para o País. Nada mais equivocado: a renúncia fiscal do Brasil é de R\$ 275 bilhões e a Zona Franca de Manaus representa apenas 8% desse montante. Mais que isso, por causa do modelo de desenvolvimento, o Amazonas participa com 17,1% do PIB nacional, sendo o terceiro Estado mais representativo na arrecadação de impostos no Brasil. Não se trata de um "paraíso fiscal" para as empresas, mas um "paraíso do fisco". Reconhecida pelo jornal Financial Times como a melhor Zona Franca das Américas,

tem como desafio a regionalização do desenvolvimento, com advento de empresas brasileiras produzindo itens com matéria prima regional. Esse é um passo necessário que finalmente parece estar saindo do papel. O programa Zona Franca Verde já começa dar ótimos resultados, com incentivo a empresas regionais em todos os Estados da área de influência da Suframa. Está em construção uma Zona Franca mais forte, com produtos amazônicos feitos por empresas amazônidas, sem tirar espaço das multinacionais que ajudaram a erguer o modelo nesses 51 anos de trajetória.



ECONOMIA

Governo em prol da ZFM

Amazonino Mendes anuncia que apresentou Adin no STF para assegurar vantagens

O governador Amazonino Mendes anunciou que apresentou, ontem, Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) para assegurar as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus (ZFM), cujos incentivos estão ameaçados pela Lei Complementar nº 160/2017, que permite aos demais estados e ao Distrito Federal deliberarem sobre

incentivos fiscais, até então prerrogativa exclusiva da ZFM.

Em São Paulo para acompanhar os trabalhos do escritório jurídico que construiu a Adin, Amazonino informou que hoje mesmo a ação foi distribuída ao ministro Marco Aurélio de Mello.

"Estou feliz e esperançoso porque o pedido de liminar é para evitar que as vantagens comparativas da Zona Franca de Ma-

naus deixem de existir. A Constituição garante a excepcionalidade da Zona Franca como modelo de correção das desigualdades regionais", afirmou o governador, ao lembrar que, por uma feliz coincidência, Marco Aurélio de Mello foi ministro-relator e deu voto favorável à Adin contra a Medida Provisória que modificava a Lei de Informática e prejudicava o estado do Ama-



Governador está em São Paulo

zonas, também de autoria de Amazonino.

Na ação ingressada pelo escritório do jurista Ives Gandra, o Governo do Amazonas pede que seja declarada a inconstitucionalidade da LC 160/2017, considerando sobretudo o que diz o artigo 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, que assegura à ZFM a prerrogativa de modelo de área de livre comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais. Hoje, o modelo Zona Franca completa 51 anos de criação através do Decreto Federal nº 288, de 1967.

ZONA FRANCA

26 projetos na pauta do Codam

Há empresas que querem produzir café torrado, motocicletas, medicamentos e a lâmpadas LED

A primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) este ano, marcada para hoje, às 10h, no auditório da Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Seplancti), vai apreciar uma pauta diversificada de projetos industriais

que vão da produção de café torrado, motocicletas e medicamentos, a lâmpadas LED. A pauta da reunião relaciona 26 projetos industriais com investimentos estimados em R\$ 823,5 milhões e geração de 477 vagas no mercado de trabalho no período de até três anos.

Os destaques da pauta são os

projetos da Três Corações Alimentos para a fabricação de café torrado e moído com recursos de R\$ 97 milhões. A Cal-Comp apresentou projeto para a fabricação de máquinas de registro de vendas no comércio com investimentos de R\$ 54 milhões. A LG Eletronic pretende entrar no mercado de produção

de venda de caixa acústica de áudio digital com conexão sem fio com projeto no valor de R\$ 1 milhão.

Três empresas vão submeter à apreciação dos conselheiros propostas para a fabricação de lâmpadas LED, a Qualitech, a Flex Importação e Exportação e a Rimo Entertainment. Juntos, os três

projetos somam investimentos de R\$ 140 milhões e 62 empregos.

Em seis encontros realizados em 2017, o Codam aprovou a instalação de 186 projetos industriais que somaram investimentos de R\$ 7,2 bilhões e a criação de aproximadamente 9,5 empregos, no período de até três anos. O Codam é a instância do governo responsável pela política de incentivos fiscais do estado e reúne 17 conselheiros representantes de entidades de classe, instituições de fomento, produção e pesquisa, além de órgãos do Governo estadual, federal e municipal.



A Três Corações quer produzir aqui

C 'ELEMENTO 79'

Operação da PF e da Receita Federal desarticulou grupo criminoso que comercializava ouro de forma ilegal e que fraudava PPB's para obter os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus, e prendeu cinco pessoas

Fraude interestadual

AMANDA GUIMARÃES*

amanda.guimaraes@critica.com

Após dois anos de investigações, cinco pessoas foram presas durante a operação "Elemento 79", deflagrada pela Polícia Federal (PF) e pela Receita Federal na manhã de ontem, no Amazonas e em outros estados do País, para combater o comércio ilegal de ouro extraído de forma irregular de garimpos da Amazônia. Uma pessoa foi detida no Estado e outras quatro em Minas Gerais.

A investigação aponta que a organização criminosa utilizava uma "complexa estrutura empresarial para simular a comercialização de ouro obtido de forma ilegal, além de usufruir ilicitamente de benefícios da Zona Franca de Manaus". Conforme a apuração, as empresas simulavam ter um lastro de ouro, mas que na verdade era prata fantasiosa de ouro. Com isso, conseguiam obter o ouro real de origem indeterminada, fraudando todos os órgãos de fiscalização.

"Aprendemos uma remessa de ouro de 121 quilos, que após a perícia verificar, foi detectado que era prata", exemplificou o delegado federal Flávio Márcio, da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado, durante coletiva de imprensa, durante a manhã de ontem, em Manaus.

Os nomes dos envolvidos não foram revelados pelos integrantes da operação, segundo eles, para não atrapalhar o andamento das investigações. A CRÍTICA, no entanto, apurou que pelo menos duas empresas, ambas localizadas no bairro Parque das Laranjeiras, na Zona Centro-Sul da capital, foram alvos da operação, com mandados de busca e apreensão. Um dos locais é um escritório contábil chamado Bracont. O outro alvo é a empresa Ciala da Amazônia Refinadora de Metais.

Na Ciala, pelo menos 15 agentes entraram na empresa, acompanhados de dois funcionários. Na Bracont, foi preciso usar um chaveiro para abrir as portas.

ORIGEM ILEGAL

"O ouro disfarçado estava en-



Danilo Alves/TV A Crítica

Empresas localizadas no Parque das Laranjeiras foram alvo da ação

Mandados cumpridos em cinco estados

No total, foram cumpridos 48 mandados de busca e apreensão em cinco estados: Amazonas, Minas Gerais, São Paulo, Rondônia e Roraima. Além disso, outros quatro mandados de prisão preventiva, um de prisão temporária e 10 medidas substitutivas de prisão preventiva também foram autorizadas pela Justiça.

Deste total, 15 mandados de busca e apreensão foram cumpridos no Amazonas. Os principais crimes atribuídos aos alvos da operação são de crimes contra o meio ambiente, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, contrabando, descaminho e organização criminosa.

R\$ 20 milhões

Esse é o montante movimentado pelo esquema criminoso, segundo informou ontem o delegado federal Flávio Márcio, da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal no Amazonas, durante entrevista coletiva.

*Colaboraram: Joana Queiroz e os repórteres da TV A Crítica Márcio Paes Barreto e Danilo Alves



Pelo menos 15 agentes vasculharam a sede da Ciala da Amazônia na manhã de ontem



Membros da PF, Receita e MPF, em coletiva, não deram detalhes da investigação



Material apreendido durante a operação foi levado para a sede da PF, onde será periciado

Papel de cada empresa no esquema ainda está sendo investigado

Segundo o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF-AM), até o momento foi identificada participação aparente das empresas do meio empresarial no esquema de fraude fiscal e comércio ilegal de ouro da Amazônia, sendo descartada a participação de políticos e servidores públicos. "Até o momen-

to só decretamos a participação do ramo empresarial", disse a procuradora da República Ana Lúcia Haliuc na coletiva de imprensa. "Também não apuramos a participação de servidores federais", acrescentou ela. "O papel das empresas no esquema ainda está sendo apurado e por isso ainda não podemos falar. Mas o fato é que os envolvidos estavam prejudicando a Zona Franca de Manaus, pois ele simulavam a produção desse ouro", relatou a procuradora. Em breve o caso deve ser levado à Justiça. "Todos aqueles que estão envolvidos se tornarão réus de ações penais", disse ela.

Movimentação das empresas fiscal esmiuçada pela receita

Segundo a PF, as investigações em conjunto com a Receita Federal começaram em junho de 2016, com a análise da movimentação fiscal das mercadorias entre as empresas envolvidas no esquema. Houve ainda análise contábil das operações mercantis das empresas investigadas, análise de

demonstrações contábeis obrigatorias, cruzamento de dados no sistema da Receita Federal, e interceptação de mercadorias irregulares encaminhadas via Correios - ação esta controlada com perícia da PF.

O auditor fiscal da Receita Federal José Alves Dias destacou que os envolvidos cometiam críme ao usar o incentivo da Zona Franca. "Mas ainda vamos continuar as investigações", ressaltou.

A CRÍTICA apurou que as empresas fraudavam o Processo Produtivo Básico (PPB), que é aprovado pela Suframa para a concessão de benefícios fiscais. Fraudar o PPB é crime federal, uma vez que impostos deixam de ser recolhidos.





13 / CIDADES

Operação flagra esquema em Manaus que forjava ouro para obter incentivos

Estimativa é que 121 quilos de ouro entraram de maneira ilícita no Estado, causando prejuízos de R\$ 20 milhões aos cofres públicos

3/ POLÍTICA

Arthur avalia o futuro da ZFM

Especial Suframa MANAUS

PIM

RETOMA ATIVIDADE E MIRA NA BIOECONOMIA E ECONOMIA DIGITAL

Sandro Pereira/Victor Costa

ESPECIAL

ZONA FRANCA DE MANAUS

Modelo de desenvolvimento completa hoje 51 anos e volta a elevar os níveis da produção



Arthur Virgílio Neto
Prefeito de Manaus

ARTIGO

AUTOCRÍTICA E FUTURO DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Em 51 anos de Suframa tivemos o tempo político e o tempo econômico mais do que suficientes para o desenvolvimento da nossa terra, do nosso Estado e de Manaus. Com reflexos muito positivos sobre o inteiro da Amazônia Ocidental e Amapá. A Zona Franca em seu funcionamento exitoso, não diria que foi o mais vitorioso projeto de desenvolvimento regional que este País já conheceu. Mas, talvez, o único projeto realmente vitorioso naquilo que se propõe a fazer.

Poderíamos ter aproveitado todo esse tempo político e econômico para desenvolver a nossa biotecnologia. Mas o que

vemos é um elefante branco onde funciona o Centro de Biotecnologia da Amazônia. Poderíamos estar exportando cosméticos, fármacos e remédios para países que comprariam do Brasil independentemente de crise econômica. Poderíamos ter trabalhado peixe em cativeiro, o turismo tradicional, o ecológico, o cultural ou turismo de eventos... tudo isso levando em conta a moldura da Floresta Amazônica com o rio Negro, com um povo hospitalário e em uma metrópole incrustada no coração da Amazônia Brasileira. Precisamos fazer essa autocrítica desse período. Nossas elites falharam. A Zona Franca foi prorrogada até 2072 e eu defendo há muitos anos que: primeiro era fundamental prorrogar; e agora é preciso cuidar da infraestrutura física e tecnológica da nossa Região. Temos rio e não temos hidrovias. Não temos saída por estrada para o restante do país e a BR 319 ficaria bem melhor se fosse ferrovia. Estamos à beira do caos portuário cujo setor poderia receber investimento privado. Vejo portanto, com muita

preocupação o futuro do Polo Industrial de Manaus. A crise econômica está se esfumaçado, graças a Deus. E a crise econômica geral indo embora, teremos que enfrentar o problema dentro do problema: a crise do modelo Zona Franca. Deveríamos investir em novos polos e depender menos dos incentivos. O fato é que nós temos que aprender a sobreviver sem necessariamente dependermos só dos incentivos fiscais. Nós somos o maior Estado da Amazônia Nacional e da Amazônia internacional. Nós temos cerca de 97% da floresta em pé e isso garante algumas vantagens grandes, uma delas: a OMC é muito intransigente com qualquer zona franca, mas ela reconhece que a ZFM tem legitimidade porque cumpre um papel de proteção ambiental. A ZFM precisa de novos polos, mais qualidade e apoiar os centros de pesquisa da região. Agregando a centros de pesquisas fora da Amazônia, no que eu chamo de nacionalização da Zona Franca que hoje é vista como um assunto paroquial por uma visão caolha de pessoas que se postam, alienadamente, no

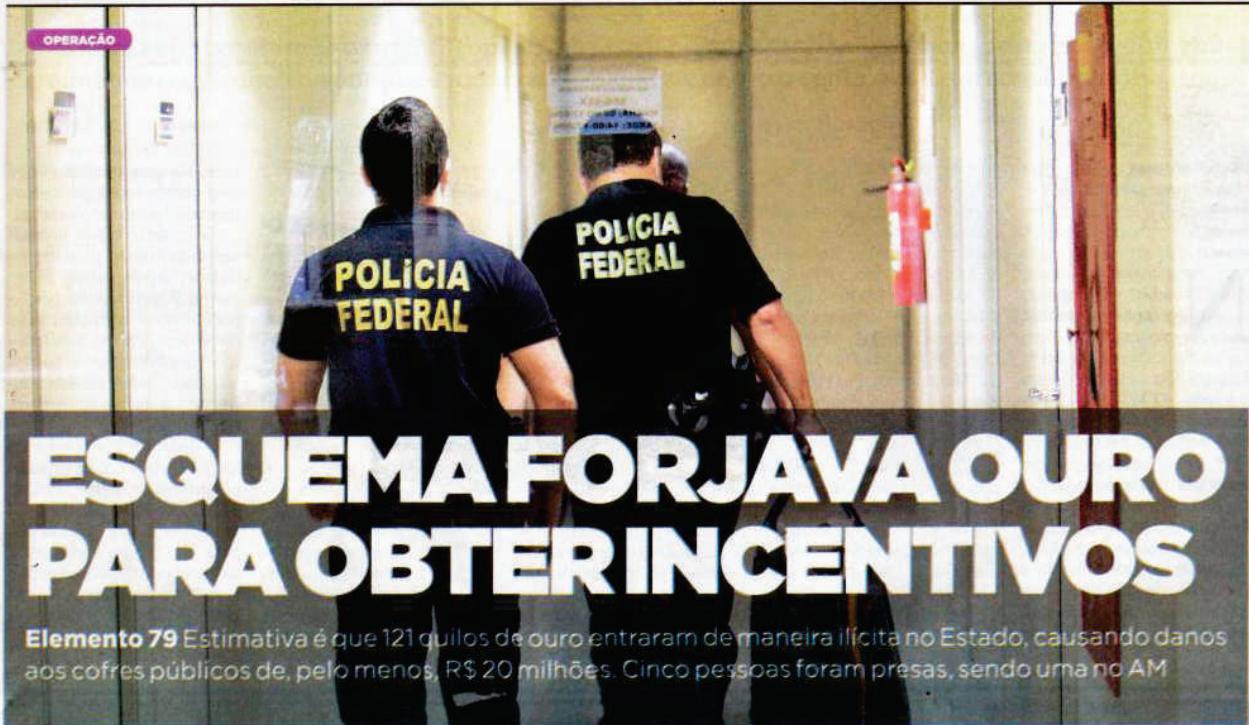
Centro-Sul do país e muitas vezes com poder de mando sobre a República brasileira. A guerra fiscal trouxe um grande tumulto tributário para o país inteiro porque com o ICMS por exemplo os Estados se armaram de mecanismos capazes de reduzir muito o efeito protetor dos incentivos da ZFM. Nós temos que preparar a Zona Franca por dentro e por fora. Não podemos permanecer com a Zona Franca representada por um Distrito Industrial cheio de buracos, com problemas de drenagem, se nós temos alocados no Tesouro Nacional um convênio que precisa ser celebrado urgentemente com a Suframa para liberação de R\$ 150 milhões para nós darmos uma roupagem de cartão postal ao Distrito Industrial. Eu me ponho no lugar de um empresário que chegasse para checar a possibilidade de investimentos e aqui e quando olhasse aquele quadro de guerra civil da Síria eu diria: não é aqui que eu fico! É fundamental que todos nós entendamos que o esforço todo deve ser dirigido no sentido de nós viabilizarmos esse convênio de uma vez por todas com o governo federal

porque é interesse do Amazonas, de cada um de nós. É um apelo que eu faço a todos que se representam na Suframa e com os quais nós temos tido uma relação muito proveitosa. A todos os que têm representação política nesse Estado, no sentido de que se unam a nós para obtermos esse recurso e cumprirmos uma das etapas necessárias à recomposição dos bons tempos da ZFM. Eu desejo vida longa à Zona franca de Manaus ela sempre vai poder contar com minha modesta luta, com minha modesta contribuição e eu espero que estes 51 anos se reproduzam por muitos até o momento em que nós possamos dizer que temos um Estado emancipado economicamente, tecnologicamente. Com um povo muito preparado pela educação formal e por toda essa tradição de cultura que nós herdamos dos nossos antepassados europeus. São 348 anos de cultura dita europeia e mais de 10 mil anos de cultura indígena. Portanto vida longa à ZFM. Que o nosso povo seja muito feliz. E que nós saibamos juntos construir a felicidade do nosso povo.



Cidades

contato@diarioam.com.br
redacao@diarioam.com.br [siga-nos](#) [twitter.com/portalD24am](#) [facebook.com/D24am](#)
[Diariodoamazonas.com.br](#)



ESQUEMA FORJAVA OURO PARA OBTER INCENTIVOS

Elemento 79 Estimativa é que 121 quilos de ouro entraram de maneira ilícita no Estado, causando danos aos cofres públicos de, pelo menos, R\$ 20 milhões. Cinco pessoas foram presas, sendo uma no AM

Operação Polícia Federal (PF) e Receita Federal cumpriram mandados de prisão e de busca e apreensão, em Manaus.

Sandro Pereira

Da Redação

Redacao@diarioam.com.br

Manaus

Cinco pessoas foram presas, sendo uma no Amazonas e quatro em Minas Gerais, na operação Elemento 79, deflagrada, ontem, pela Polícia Federal (PF) e Receita Federal. Segundo a PF, os investigados pela operação faziam remessas de prata "fantasiada de ouro" para simular a movimentação de ouro entre as empresas envolvidas, usando benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus. A estimativa é que 121 quilos de ouro entraram de maneira ilícita no Estado, causando danos estimados em, pelo menos, R\$ 20 milhões.

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), as empresas Ciala da Amazônia Refinadora de Metais Ltda. e a Brascom Brasil Metálica Ltda. estão envolvidas na organização criminosa. O contador da empresa Ciala da Amazônia, Eduardo da Cruz, foi preso na manhã de ontem, na casa onde mora, no conjunto Santos Dumont, zona cen-

tro-oeste de Manaus.

Segundo a procuradora do MPF, Ana Carolina Haliuc Bragança, a operação mostrou como se daria a internalização no mercado ilícito de ouro extraído ilegalmente. A procuradora afirmou que 121kg de ouro entraram de maneira ilícita no Amazonas. "Nós temos acompanhado a operação desde o início, com o objetivo de avaliar as provas que têm sido recolhidas. O ouro era extraído, provavelmente, de garimpos ilegais aqui no Amazonas", disse a procuradora.

Além da extração ilegal, os envolvidos no esquema são acusados pelos crimes de organização criminosa e lavagem de dinheiro, já que a estratégia do grupo consistia em vender "prata fantasiada de ouro". A estimativa mínima de dano material, segundo a procuradora do MPF, é de R\$ 20 milhões. "Esse é o valor inicial, mas, com certeza, o dano é bem maior. Eles simulavam a entrada dessas mercadorias", afirmou Ana Carolina.

O auditor José Alves Dias, da Receita Federal, considera o "esquema de lavagem um tanto quanto complexo e bem sofisticado". O esquema en-

volveu fraudes na utilização de benefícios fiscais na Zona Franca de Manaus.

Investigação iniciou em 2016

Para a PF, o esquema é um

dos mais sofisticados já investigados no País envolvendo a comercialização ilegal de ouro. De acordo com o órgão, as investigações começaram em 2016, com base em análises da

movimentação fiscal das mercadorias entre as empresas da organização criminosa. A Polícia Federal informou que peritos do órgão fizeram análise contábil das operações mercantis das empresas investigadas, análise das demonstrações contábeis obrigatórias, cruzamento, análise dos dados dos sistemas informatizados da Receita Federal e interceptação de mercadorias irregulares nos Correios.

Segundo a PF, a organização criminosa tinha uma "sophisticada estrutura para obtenção de vantagens indevidas", entre elas, a criação de base fictícia. Foram encontrados indícios que indicam a comercialização de ouro em regiões de garimpo ilegal para dificultar a fiscalização dos órgãos de controle.

O nome da operação faz alusão ao elemento químico ouro, que possui a numeração 79 na Tabela Periódica. O grupo envolvido no esquema é investigado pelos crimes contra o meio ambiente, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, contrabando, organização criminosa e descaminho (exportação de mercadoria proibida).

Inquérito já apurava a 'cadeia' de produção de ouro no Amazonas

No final do mês passado, o Ministério Pùblico Federal (MPF) no Amazonas instaurou inquérito civil para apurar, monitorar e buscar a regularização da cadeia produtiva e de comercialização do ouro, seja como mercadoria, seja como ativo financeiro, com a verificação da origem e destinação dos recursos advindos das atividades de mineração ou garimpo, o projeto Ouro Límpio.

O objetivo é apurar toda a cadeia produtiva do ouro no Estado, desde a questão da legalidade dos garimpos, passando pelo cumprimento da legislação ambiental, pelos direitos dos garimpeiros, a evasão de impostos, até as denúncias dando conta de que

organizações criminosas estariam utilizando ouro para lavagem de capitais provenientes do tráfico de drogas.

A Portaria de instauração do inquérito, publicada no dia 25 de janeiro, considera que no Estado não existem, atualmente, garimpos legalizados em funcionamento, com licença ambiental válida e autorização da Agência Nacional de Mineração (ANM), "não obstante os interesses na exploração mineral e intensa atividade de garimpos no Amazonas e Estados vizinhos (Rondônia, Roraima, Amapá e Pará), além de países estrangeiros (Venezuela, Guianas Inglesa e Francesa, Suriname e Bolívia).

Rombo de R\$ 30 milhões em ouro

Policia 6







Codam

Acontece, no auditório da Seplancti, a primeira reunião do Codam de 2018.

A pauta tem 26 projetos industriais com investimentos em torno de R\$ 823,5 milhões e geração de 477 empregos nos próximos três anos.



Comércio ilegal de ouro deixa rombo de R\$ 30 mi

Operação Elemento 79 da Receita e Polícia Federal aconteceu ontem (27) no Amazonas, Roraima, Rondônia, Minas Gerais e São Paulo. Cinco pessoas foram presas

▼ Nicolas Daniel Marreco

A Polícia Federal, em conjunto com a Receita Federal, apresentou ontem (27) os primeiros resultados da Operação Elemento 79, que investiga um esquema ilegal de comércio de ouro para cinco Estados brasileiros, onde cinco pessoas foram presas. O grupo atuava na Zona Franca de Manaus (ZFM). Cálculos preliminares indicam um rombo de R\$ 30 milhões.

No total, 48 mandados de busca e apreensão foram realizados no Amazonas, Roraima, Rondônia, Minas Gerais e São Paulo. Duas empresas, sendo uma de metal e outra de metalmúrgica estão envolvidas no esquema criminoso. Segundo a procuradora do Ministério Público Federal, Ana Carolina Bragança, o setor de contabilidade das corporações envolvidas na ação tinha benefícios fiscais na ZFM, que permitiam burlar o sistema comercial. "Esse grupo conseguia o ouro, provavelmente em áreas de garimpo ilegal,



Ministério
Público,
Receita e
Polícia Federal
falaram sobre
a ação ontem

e banhava mercadorias de prata para aumentar sua produção falsa de ouro. Como os dados da entrada e saída de ouro eram divergentes, suspeitamos de atividade ilícita, após um procedimento fiscal de rotina. Para uma empresa comercializar o ouro no país, ela deve ter uma autorização prévia da Agência Nacional de Mineração para demarcar a quantidade exata de entrada do produto extraído e a saída para o mercado", explica.

O chefe da operação, Daniel Carvalho Nascimento, destacou que essa é a

primeira fase da operação. "Apuramos as informações iniciais e vamos aprofundar as investigações. A princípio, nenhum agente da ZFM está envolvido", disse.

No Amazonas ocorreu uma prisão preventiva e 15 mandados de busca e apreensão foram cumpridos. Quatro pessoas foram presas em Minas Gerais. O delegado regional de combate ao crime organizado da Polícia Federal, Flávio Silva, conta que esse é um dos esquemas mais sofisticados de comércio ilegal de ouro no país. "Eles vendiam da forma correta, mas conseguiam o mineral de forma ilícita enganando os consumidores", concluiu.

Aporte de R\$ 823 mi na pauta do Codam

Destaques são projetos para a fabricação de café torrado e moído, com recursos de R\$ 97 milhões

A primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) este ano, marcada para hoje [28], às 10h, no auditório da Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, tecnologia e Inovação (Seplancti), vai apreciar uma pauta diversificada de projetos industriais que vão da produção de café torrado, motocicletas e medicamentos, a lâmpadas LED.

A pauta da reunião relaciona 26 projetos industriais com investimentos estimados em R\$ 823,5 milhões e geração de 477 vagas no mercado de trabalho no período de até três anos.

Os destaques da pauta são os projetos da Três Corações Alimentos para a fabricação de café torrado e moído, com recur-



IONE MORENO

Pauta relaciona 26 projetos industriais e a criação de 477 empregos em até três anos

LG Eletronic pretende entrar no mercado de produção de venda de caixa acústica de áudio digital com conexão sem fio, com projeto no valor de R\$ 1 milhão.

Três empresas vão submeter à apreciação dos conselheiros propostas para a fabricação de lâmpadas LED, a Qualitech, a Flex Importação e Exportação e a Rimo Entertainment. Juntas, os três projetos somam investimentos de R\$ 140 milhões e 62 empregos.

Balanço

Em seis encontros realizados em 2017, o Codam aprovou a instalação de 186 projetos industriais que somaram investimentos de R\$ 7,2 bilhões, e a criação de aproximadamente 9,5 empregos no período de até três anos.

O Codam é a instância do governo responsável pela política de incentivos fiscais do Estado e reúne 17 conselheiros representantes de entidades de classe, instituições de fomento, produção e pesquisa, além de órgãos dos governos estadual, federal e municipal.

sos de R\$ 97 milhões. A Cal-Comp apresentou projeto para a fabricação de máquinas de registro de vendas no comércio, com investimentos de R\$ 54 milhões. A